

O *PAR'HEMÁS* EPICÚRIO: A EVIDÊNCIA DA RESPONSABILIDADE POR UMA AÇÃO

Renato dos Santos Barbosa*

Departamento de Filosofia – UFRN

Resumo: *Par'hemás* é a expressão utilizada por Epicuro para designar uma ação autônoma e seu caráter manifesto de conseqüente responsabilidade moral. É em torno dessa expressão que têm sido feitas interpretações sobre a suposta tendência de Epicuro ao Libertarismo nos moldes das discussões contemporâneas. Pretendemos apresentar uma alternativa de interpretação da filosofia de Epicuro partindo dos preceitos base de sua Canônica para explicar os motivos que levaram o filósofo do Jardim a moldar a concepção da ação autônoma a partir do fato manifesto de que os homens reprovam e elogiam as ações uns dos outros.

Palavras-chave: ação, Canônica, responsabilidade, *par'hemás*.

A ação autônoma ou autárquica é, na filosofia de Epicuro, sempre atrelada à responsabilidade moral, de modo que pensar acerca da liberdade, autarquia ou nos modos em que uma ação é cometida, é, ao mesmo tempo, considerar a responsabilidade do agente sobre sua ação. O que é peculiar na filosofia de Epicuro no que respeita a este assunto é que a responsabilidade moral é tida como um fenômeno que se manifesta através dos atos de reprovação e elogio. Ou seja, o fato de que as pessoas reprovam, criticam e elogiam, implica na crença comum de que o comportamento de alguém pode ser moldado, e isso serve como prova de que não vivemos subjugados pelo destino nem por uma necessidade (*anánke*) de alcance universal.

O método utilizado pelo mestre do jardim na feitura desse raciocínio é bem semelhante aquele de que se serve em sua exposição sobre os fenômenos celestes e que nada mais é que um princípio de sua canônica: como as sensações, antecipações, sentimentos e a apreensão direta das apresentações do pensamento são critérios de

* Graduando em filosofia e bolsista PIBIC (IC) sob a orientação do Prof. Dr. Markus Figueira da Silva (DEFIL/UFRN). E-mail: renato_barbosa23@hotmail.com

verdade¹, um evento que ocorra distante da possibilidade de contato sensível só pode ser explicado por via de outro fenômeno semelhante, mas que então se manifeste junto a nós, ou seja, no âmbito de possibilidade de confirmação sensível. Assim, dizia Epicuro que a lua pode ter luz própria ou recebê-la do sol, pois “ainda no âmbito dos sentidos vemos muitos corpos dotados de luz própria e muitos que a recebem de outros.” (Dioge. Laert. 10.95)

Isso configura o método das múltiplas explicações, as quais são manifestação da crítica do filósofo do jardim às pretensões daqueles que querem dar uma explicação única para eventos que claramente vão além da capacidade do conhecimento humano. Não obstante, podemos explicar certos eventos naturais se tivermos sempre em vista o conhecimento sensível confirmado, ou seja, o conhecimento daquilo que está junto a nós, no âmbito dos sentidos. De maneira que podemos ter uma opinião (dóxa) sobre determinado evento que pode ser verdadeira ou falsa apenas dependendo de não ser contraditada pela experiência sensível do que está próximo de nós.

Resumindo, podemos dizer que sobre aquilo que não cai sob os sentidos ou sobre o que é imperceptível (ádelon) só podemos “formar uma opinião através dos indícios que os fenômenos evidentes fornecem” (CONCHE, 1977, p. 35).

Do mesmo modo acontece a respeito da ação. O fenômeno evidente ao qual Epicuro se vale para explicar a ação autônoma ou autárquica (ou sem mestre (adésptos)) é o fato de que a reprovação, o elogio e a punição são práticas unânimes. A hipótese levantada pela teoria democrítica, a saber, que tudo ocorre por necessidade, é posta a prova, porém essa hipótese é contraditada pelo fenômeno evidente da responsabilidade moral.

A suposição de uma aplicação do método canônico no campo das ações humanas pode ser corroborada pela observação de duas expressões chave que ocorrem em ambos os contextos, quais sejam: *par'hemás* e *par'hemin*.

Par'hemás foi a expressão escolhida por aqueles que, na ausência de uma expressão grega equivalente à liberdade da vontade nas fontes remanescentes de Epicuro, desejaram encontrar indícios textuais (e talvez um bode expiatório) que

¹ CF. Dioge. Laert. 10.31

comprovassem a hipótese de que Epicuro houvesse sido defensor da liberdade da vontade segundo o modelo Libertarista. Diversas traduções para a expressão foram propostas, embora muitas delas, dado sua dificuldade de tradução, foram influenciadas pela tendência do tradutor a uma interpretação Libertarista dos textos de Epicuro. Com “interpretação Libertarista” queremos dizer que o tradutor compreende a recusa de Epicuro às teorias que encaram o “destino como senhor de tudo” ou da necessidade enquanto alargada até as ações humanas como sendo uma prova de que ele abraça a perspectiva inversa, a saber, que Epicuro está preocupado com a liberdade de escolha ou liberdade da vontade². Entretanto, não compartilhamos desse ponto de vista. Sabemos que a expressão *par’hemás* é composta por dois termos: *pará* e *hemás*. O primeiro sempre carrega consigo a noção de proximidade, de vizinhança, e o segundo é o acusativo da primeira pessoa do plural (Cf. MURACHCO, 2007, p. 164 e 592-594). Dentre as traduções disponíveis é preferível a de Bollack: “*ce qui tient à nous*” (o que nos pertence) que acreditamos também poderia ser ainda melhor dito: “aquilo que nos cabe” ou “o que nos concerne”.

Da mesma forma a expressão *par’hemín*, quando utilizada por Epicuro na carta à Pítocles, traz consigo a mesma preposição invariável: *pará*³, mas que, então, somado a ela, aparece a primeira pessoa do plural no dativo em vez de no acusativo, ou seja, em vez de *hemás* aparece *hemín*. Qual é a grande diferença? Diferença não há tanta, pois em vez de traduzirmos *hemim* por “nos”, pronome oblíquo da primeira pessoa do plural, como fazemos ao traduzir *hemás*, traduziremos desta feita por “a nós”, e teremos como resultado da expressão *par’hemim* algo que Conche traduziu muito bem por “*près de nous*” (próximo de nós), mas que poderia ser mantida até mesmo sua tradução mais usual: “junto a nós”.

Como dissemos mais acima as expressões *par’hemás* e *par’hemín* que aparecem em contextos diferentes, uma acerca da ação do homem e a outra sobre os eventos

² Essa interpretação Libertarista parece encontrar suporte nas leituras do poema *De Rerum Natura* de Lucrécio que no livro 2 apresenta a conhecida teoria do *clínamen* ou desvio dos átomos, a qual justificaria o fato de que agimos livres do destino. Entretanto, há várias dúvidas sobre se a teoria do *clínamen* foi de fato obra do mestre do jardim ou se ela foi produto de um de seus discípulos. Ademais, existem outras maneiras de se interpretar até mesmo a teoria do *clínamen* como fez Bobzien em seu artigo *Did Epicurus discover the free Will problem?* em que a função do desvio atômico não é mais entendida como para atuar sobre a escolha livre em determinada ação.

³ “que como toda preposição faz parte de um grupo de palavras fixas, [...] que significavam espaço e, por metáfora, tempo, sobretudo espaço e tempo relativos.” (Cf. MURACHCO, 2007, p. 530)

naturais imperceptíveis (ádelon), são expressões chave para compreender o pensamento de Epicuro sobre a ação autônoma e a responsabilidade moral intimamente ligada a ela. Como vimos o significado das duas expressões não estão muito distantes um do outro, embora o uso de *par'hemim* seja mais literal que o de *par'hemás*. Observemos que neste último a preposição *pará* foi traduzida por “concerne” ou “cabe” e, ainda, por “pertence”, dando a entender que se trata de algo tão próximo que é evidentemente manifesto e que faz parte de nosso cotidiano e, em última instância, de nós mesmos. Ademais essa interpretação ganha corpo se lembrarmos que *pará* pode ser traduzido como o *chez* da língua francesa ou o “na casa de” do português, trazendo o sentido de intimidade e familiaridade.

Compreendidas a relação entre os significados de *par'hemas* e *par'hemim*, vejamos duas passagens em que tais expressões figuram:

Devemos então observar o modo de manifestar-se de cada um deles e discernir nos fatos concomitantes aquilo cuja formação de modo múltiplo não é contraditada pelos fenômenos ocorrentes no âmbito de nossos sentidos (*par'hemin*) [...] (Dioge. Laert. 10.88)

Nessa passagem aquilo que o Kury traduziu como “no âmbito de nossos sentidos” pode simplesmente e de maneira muito mais elegante ser traduzido apenas como próximo de nós (*par'hemin*) que aqui surge como critério para a explicação de eventos ou fatos naturais imperceptíveis aos homens ou que estão longe do alcance dos sentidos. De modo que tudo aquilo que pode ser submetido à confirmação sensorial pode servir de ponto de partida para, através de analogias, chegar a uma possível explicação do evento físico investigado.

Quanto ao uso do *par'hemás* segue a passagem abaixo:

[...] e afirma que algumas coisas acontecem necessariamente, outras por acaso, e que outras dependem de nós, porque para ele é evidente que a necessidade gera a irresponsabilidade e que o acaso é inconstante, e as coisas que dependem de nós são livremente escolhidas e são naturalmente acompanhadas de censura e louvor (Dioge. Laert. 10.133)

Como na passagem antes citada essa tradução também está sujeita a críticas, pois traduzir *par'hemás* por dependem de nós e seguir dizendo que “as coisas que dependem de nós são livremente escolhidas” é claramente fruto de uma tendência a ver Epicuro como um Libertarista que reveste a ação do homem de um caráter de pura aleatoriedade. E que, portanto, pode entrar em contradição com a afirmação seguinte de que as ações “são naturalmente acompanhadas de censura e louvor”, pois se alguém pode escolher de forma aleatória puxar ou não o gatilho, sem que nada em seu caráter determine o modo pelo qual esse alguém irá agir, tal pessoa não poderá ser responsabilizada moralmente por essa ação, pois nada há em seu próprio ser que o tenha motivado a agir dessa maneira. Portanto, vemos que Epicuro pensa a ação não por ela mesma, mas por outra via, pelo fenômeno evidente, a saber, que todos reprovam e elogiam e compartilham da crença comum de que a responsabilidade por uma ação deve ser imputada ao seu autor.

Dito isso, fica claro que o *par'hemás* informa o âmbito da ação humana ou aquilo que “nos concerne”, mas que, além disso, nos fala sobre um fenômeno evidente, que no caso da ação é a imputação de responsabilidade, a qual serve de critério para a explicação da ação humana, além de esclarecer os campos de atuação da necessidade e do acaso. Disso provêm a nossa suposição de uma aplicação de um princípio canônico, também utilizado na investigação dos eventos naturais que ocorrem fora do alcance da confirmação sensível, no âmbito de estudo da ação humana e que é corroborado pela aproximação dos significados das expressões *par'hemás* e *par'hemin*. Pois, assim como o *par'hemin* indica todo fenômeno que ocorre próximo de nós e que, portanto, é evidentemente manifesto, servindo de critério para a explicação de eventos distantes, podendo contraditar uma opinião se esta é falsa ou não a contraditar se ela é verdadeira; o *par'hemás*, por sua vez, também, enquanto aquilo que nos concerne, tem função dupla, tanto designar algo evidente, neste caso a imputação de responsabilidade, quanto informar o âmbito da ação autônoma, dado que esta configura aquilo que mais propriamente nos pertence e, de fato, está mais próximo de nós ou junto a nós, ou ainda, colado a nós, como resultado de nosso caráter em sua completude.

Deste modo vemos que há algo de imperceptível (ádelon) na ação autônoma, uma vez que Epicuro a investiga por outra via, do mesmo modo como fez para explicar a origem da luz da lua, servindo-se dos dados dos sentidos provindos de fenômenos

evidentes, que no caso da ação é representado pela imputação da responsabilidade. O filósofo do jardim distingue a esfera da ação humana daquelas da necessidade e do acaso, justificando que o agir do homem não pode ser entendido como fruto da necessidade, pois ela “gera irresponsabilidade” nem pode ser fruto do acaso, visto a inconstância deste. De modo que a atuação do acaso e da necessidade é limitada em função da ação autônoma do homem e esta é delimitada pelo fenômeno da responsabilidade. Em última instância a ação autônoma é aquela que é passível de censura ou louvor, enquanto que a ação por acaso e por necessidade não é atribuída ao homem.

Uma passagem do *Peri Physeos* de Epicuro ou do livro *Da natureza* (ou sobre a natureza), do qual restaram apenas fragmentos encontrados na *Villa dei Papiri* em Herculano⁴, pode esclarecer melhor o que Epicuro compreende acerca dos fatores envolvidos no comportamento humano:

[E nós podemos opor ao argumento de que o nosso comportamento deve ser causado pela nossa constituição inicial ou por] fatores ambientais, através da qual nunca deixamos de ser afetados, [o fato de que] nós repreendemos, nos opomos e reformamo-nos uns aos outros como se nós tivéssemos a causa em nós mesmos, e não apenas em nossa constituição inicial e na necessidade mecânica que nos rodeia e penetra-nos. (LS 20 C 2) (Epicur. Nat. 25, 2 [A])⁵

Segundo Epicuro a efetivação de uma ação envolve três fatores: nossa constituição inicial, o meio ambiente e nós mesmos. A constituição inicial é a configuração da estrutura atômica de nossa alma assumida nos primeiros anos de vida e que difere de pessoa para pessoa, a qual unida ao meio ambiente tem como consequência uma ação que resulta da necessidade. Por exemplo, se alguém nasce com uma natureza colérica⁶ ou com uma estrutura atômica que o predisponha a ações que resultem de seu estado de

⁴ Cidade situada na costa italiana que havia sido soterrada devido a erupção do Vesúvio no ano 79 de nossa era, e com ela havia sido soterrada também textos do epicurista Filodemo de Gadara e de outros discípulos.

⁵ Tradução do grego para o inglês (e aqui traduzida para o português) feita por Long & Sedley retirada do artigo de S. Bobzien: *Moral responsibility and moral development in Epicurus' philosophy* in: BURKHARD R. (Org.) *The Virtuous Life in the greek ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

⁶ Cf. Lucrecio, *Da natureza*. In: Os Pensadores. Trad. Agostinho da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 67

espírito iracundo e uma má ação seja cometida quando criança em função da educação recebida, então ninguém dirá que ela é responsável moralmente por essa ação. E isso acontece pelo fato de que uma criança não tem ainda a capacidade para desenvolver sua estrutura mental e alterar suas crenças infantis. Assim, podemos dizer que sua ação, nesse caso, resulta da necessidade. Quando estamos envolvidos causalmente na ação agimos autonomamente ou por nós mesmos e, neste caso, somos totalmente responsáveis. A responsabilidade moral serve de argumento contra aqueles que dizem que toda e qualquer ação é oriunda de nossa constituição inicial e dos fatores ambientais, pois ela evidencia quando uma ação é causada pelo seu próprio autor, pois o fato mesmo de que somos responsáveis implica que temos a causa da ação em nós mesmos, de modo que dizer que alguém é responsável é o mesmo que dizer que a causa da ação estava nele, por isso que a reprovação e o elogio estão “de acordo com nossa preconcepção (prolépseis) de causa” (Epicur. Nat. 25, 4 [A]).

Uma preconcepção ou antecipação (prolépseis) é uma “espécie de cognição ou apreensão imediata do real” (Dioge. Laert. 10.33), que dispensa confirmação sensorial, pois já conhecemos e imprimimos em nossa alma o objeto conhecido, de modo a que saibamos de antemão do que se trata. Quando ouvimos a palavra “cavalo” imediatamente a imagem vem a nossa mente sem que precisemos de um novo conhecimento sensível para formar a idéia de cavalo, pois já antes vimos um cavalo, basta recorrermos à nossa lembrança impressa na alma para formarmos essa imagem. Deste modo a proplépseis é “imediatamente evidente” (Dioge. Laert. 10.33) pelo fato de dispensar a confirmação dos dados sensíveis depois de um primeiro contato. Epicuro afirma que a reprovação e o elogio estão de acordo com a preconcepção de causa, ou seja, a responsabilidade moral se baseia em uma evidência, e ainda, em um fenômeno que é pressuposto de todo o método de investigação da natureza⁷, a saber, a causa (aitía).

Até aqui vimos e revimos que o estudo das ações dos homens se dá indiretamente, por outra via. Essa via nós já conhecemos, se trata da preconcepção de causa, a qual nos leva a reprovar e elogiar baseado na idéia de responsabilidade moral. Mas, o que há de imperceptível na ação para que tenhamos de investigá-la indiretamente? Trata-se da simples verificação de que uma ação autônoma existe. Não

⁷ Aitiología que significa estudo ou investigação das causas é o método usado por Epicuro.

podemos confirmar a existência de ações autônomas diretamente. Assim como a existência do vazio só pode ser verificada pela consideração do fenômeno do movimento⁸, a existência da ação autônoma só pode ser verificada pela consideração dos atos de reprovação e elogio que estão de conformidade com a preconcepção de causa.

É assim que um princípio canônico, utilizado na investigação de eventos celestes e subterrâneos, tem sua aplicação na esfera da ação humana e que, de certo modo, mostra que não é privilégio da física epicurista uma união mais estreita com a canônica, mas que, como vimos, também o campo da ética se relaciona com os princípios do Cânon epicúrio. Essa relação se fortifica com a análise das expressões *par'hemás* e *par'hemin* que evidenciam a interação entre esses contextos. Enfim, Epicuro diria que ações autônomas existem pelo fato de haverem punições, elogios e reprovações que implicam a crença na possibilidade de correção e desenvolvimento moral.

Referências bibliográficas

- BURKHARD R. (Org.) *The Virtuous Life in the greek ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BOBZIEN, S. *Did Epicurus discover the free will problem?* In: Oxford Studies in Ancient Philosophy. Oxford University press 19, 287-337, 2000.
- CONCHE, M. *Epicure: lettres et maximes*. Paris: éd. De Megare, 1977.
- DIÔGENES LAÊRTIOS. *Vida e doutrinas dos filósofos ilustres*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília, UNB, 1988.
- MURACHCO, H. *Língua grega: visão semântica, lógica, orgânica e funcional*. 3ed. São Paulo: Discurso Editorial/Editora Vozes, 2007.
- LUCRÉCIO, *Da natureza*. In: Os Pensadores. Trad. Agostinho da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988

⁸ Cf. Dioge. Laert. 10.40